

Relatório de Atividades

2011

Índice

		Página
1.	Uma visão geral de nossas ações	03
2.	O contexto brasileiro	05
3.	As ações do IPB	06
3.1.	Mutirões Pro Bono	07
3.2.	Atendimento às ONGs	08
3.3.	Casa da Saúde da Mulher	10
3.4.	Pro Bono Jr.	10
3.5.	Advogados Voluntários	11
3.6.	Escritórios de Advocacia e Departamentos Jurídicos Corporativos	12
4.	Publicações Pro Bono	12
4.1	Guia da Advocacia Sustentável	12
5.	Fomento ao debate sobre advocacia pro bono	13
6.	Conectas Direitos Humanos	16
7.	Financiamentos	17
8.	Mudanças no Conselho Deliberativo do IPB	18

1. Uma visão geral de nossas ações

Em 2011, o **Instituto Pro Bono (IPB)** deu continuidade à realização de sua missão institucional, promovendo a ampliação do acesso à Justiça através da prática da advocacia *pro bono*, da conscientização dos profissionais do Direito acerca da função social da advocacia e da difusão do conhecimento jurídico.



Desde a elaboração do Planejamento Estratégico em meados de 2010, o **IPB** retomou, reformulou e fomentou os seguintes projetos e iniciativas:

- **Projeto Pro Bono:** várias ações de fomento e difusão desse Projeto e também da cultura da advocacia *pro bono* foram realizadas em 2011, como por exemplo: cursos, entrevistas, campanha de cadastramento de advogados, escritórios e departamentos jurídicos, parcerias com faculdades de Direito, conferência com participantes internacionais, lançamento do guia da advocacia sustentável, criação de uma fanpage no Facebook e de um perfil no Twitter, participação em ações sociais promovidas por outras entidades, participação em palestras e seminários internacionais, elaboração de um folder institucional e informatização do processo de distribuição de demandas para os voluntários;
- **Projeto Pro Bono Jr:** em agosto o **IPB** assinou um convênio com a PUC/SP para que os alunos da Faculdade de Direito participem do Projeto Pro Bono Jr. Além de entrar em contato desde cedo com a diversidade social e com a missão de universalização do acesso à Justiça, os estudantes de Direito podem completar sua formação com o manejo de procedimentos relacionados à prática do direito ao dedicarem parte de seu tempo a advocacia *pro bono* desde o início da graduação;

- **Casa de Saúde da Mulher:** oferece assessoria e suporte jurídicos gratuitos às mulheres atendidas pela Casa de Saúde da Mulher – Professor Dr. Domingos Delácio, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O aconselhamento jurídico é visto como essencial no combate à impunidade. O profissional do Direito auxilia, encoraja e dá segurança às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica. O projeto conta com uma estagiária que dá plantão uma vez na semana na Casa e conta com o apoio e supervisão do jurista Miguel Reale Jr e um advogado de seu escritório;
- **Mutirão Pro Bono:** após a experiência dos dois mutirões realizados em 2010, quando este projeto foi retomado, o **IPB** realizou em 2011 dois mutirões *pro bono*, dando continuidade ao projeto e realizando parcerias estratégicas para que um número maior de pessoas seja alcançado pelas ações;
- **Cartilhas Pro Bono:** esse projeto foi retomado ao final de 2011 com a formalização de uma parceria com a ONG Bê-á-Bá do Cidadão, que prevê o lançamento de uma cartilha em 2012 e outra em 2013;
- **Curso Preparatório - Aspectos Jurídicos do Terceiro Setor:** o **IPB** promoveu o curso para atender à crescente demanda do Terceiro Setor por advogados capacitados, trazendo conhecimento e especialização aos profissionais que atuam ou pretendem atuar na área;
- **Guia da Advocacia Sustentável:** lançado em dezembro, na conferência comemorativa de 10 anos do **IPB** e no coquetel de conagraçamento CESA, o Guia é o resultado da parceria CESA, IPB e SESC-SP.
Voltado para as Sociedades de Advogados interessadas em realizar suas atividades cotidianas de modo sustentável, o Guia dispõe, de forma acessível e descomplicada, as diretrizes e questões sobre Responsabilidade Social apontadas na Norma Internacional ISO 26000. São oito os temas abordados: Gestão para a Sustentabilidade, Governança Organizacional, Direitos Humanos, Práticas de Trabalho, Meio Ambiente, Práticas Leais de Operação, Questões relativas ao Consumidor e Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade.

Em 2012 o engajamento de todos os Conselheiros, voluntários, colaboradores e parceiros será fundamental para a maior eficácia e eficiência das ações tomadas pelo **IPB** na realização de sua missão institucional: ampliar o acesso à Justiça no Brasil.

2. O Contexto Brasileiro



O Brasil é hoje a sexta economia mundial, no entanto, ainda carrega o peso de uma profunda desigualdade socioeconômica. A renda familiar per capita dos 20% mais ricos do país é 17,8 vezes maior do que a renda dos 20% mais pobres.

Num país em que a renda média do brasileiro é de R\$ 465 e 28,2% das famílias estão abaixo desta faixa, o cidadão enfrenta um risco de 30% de não conseguir alcançar o desenvolvimento humano potencial que o país oferece.

O relatório anual da Anistia Internacional de 2011 sobre direitos humanos no mundo aponta que “as comunidades em situação de pobreza (no Brasil) continuam a enfrentar uma série de abusos dos seus direitos humanos, como despejos forçados e falta de acesso a serviços básicos.” Dentre estes serviços básicos, destacamos o acesso à justiça, que não contempla a todos os cidadãos.

No Brasil, a assistência judiciária gratuita pode ter como marco inicial a própria colonização do país, ainda no século XVI, e evoluiu junto com o direito pátrio. Sua importância atravessou os séculos, sendo garantida nas mais diversas cartas constitucionais, fossem em tempos de ditadura, ou não.

O modelo adotado em nosso país para a prestação da assistência jurídica combina o chamado pela doutrina de sistema *judicare* e o sistema de advogado público. No sistema *judicare* a assistência judiciária gratuita é estabelecida como um direito para todas as pessoas que se enquadrem nos termos da lei. E a remuneração dos advogados particulares que forneçam esta assistência aos litigantes de baixa renda se dá pelo Estado. Os advogados públicos são nomeados e remunerados pelo Estado para promover os interesses da população desprovida de recursos.

O sistema legal brasileiro vigente prevê assistência jurídica gratuita via poder público a todos que não podem arcar com os custos de um processo. O padrão de concessão deste benefício segue a regra de até três salários mínimos de rendimento familiar mensal (aproximadamente R\$ 1.866,00).

Outro problema no acesso à Justiça no modelo brasileiro atual é a lacuna na qual se encontram aqueles que têm rendimento familiar mensal superior a três salários mínimos e que, portanto, não têm direito de pleitear os benefícios da advocacia pública gratuita. Este enorme contingente de carentes que não são elegíveis para os programas públicos de assistência jurídica e que também não têm condições de buscar serviços jurídicos no mercado fica sem atendimento.

3. As ações do IPB

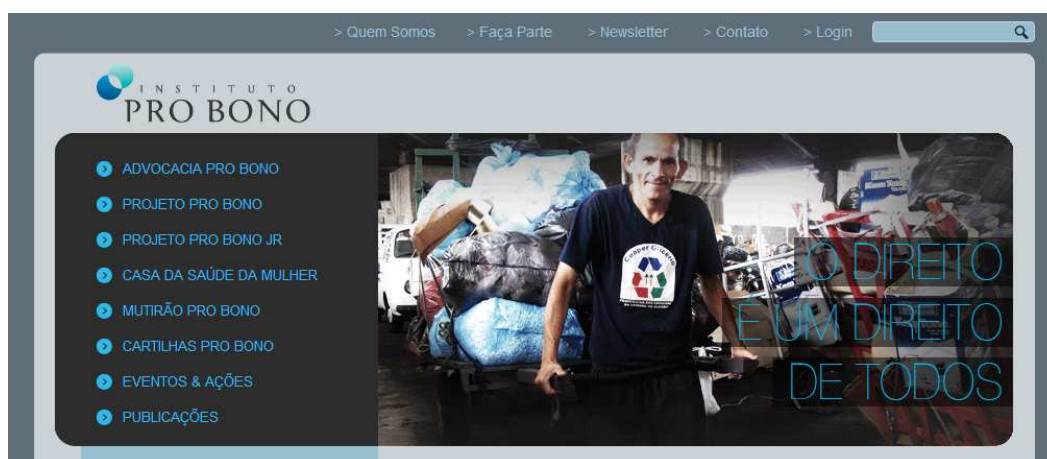
O **IPB** foi criado em 2001 para trabalhar com a temática do acesso à Justiça em nosso país. Acreditamos que este é um dos direitos humanos mais básicos e requisito fundamental de um Estado Democrático de Direito. Para nós não basta que se proclame os direitos de todos, é preciso garantir a efetividade destes direitos. Afastar a “pobreza no sentido legal” é obrigação do Estado, mas deve ser preocupação também da sociedade.

O **IPB** acredita na premissa básica de que o sistema jurídico deve ser igualmente acessível a todos. A justiça social pressupõe o acesso efetivo. *“O acesso formal, mas não efetivo à justiça, corresponde à igualdade apenas formal, mas não efetiva.”*

Ao falarmos de acesso à Justiça é preciso considerar os vários obstáculos que precisam ser transpostos, dentre eles destacamos:

- as custas judiciais (aí incluso honorários advocatícios);
- a falta de aptidão para reconhecer um direito e propor uma ação (reconhecer a existência de um direito e conhecimentos a respeito da maneira de ajuizar uma demanda); e
- a disposição psicológica para recorrer a processos judiciais (desconfiança nos advogados e no sistema judiciário, procedimentos complicados, formalismo, ambientes que intimidam)

Em janeiro o **IPB** lançou seu novo site e em setembro iniciou a campanha de cadastramento dos advogados, escritórios, departamentos jurídicos corporativos voluntários e também das entidades carentes do Terceiro Setor que necessitam de atendimento jurídico gratuito.



O cadastro eletrônico de entidades e voluntários viabilizou a informatização do processo de início de demanda pelas entidades do terceiro setor e de distribuição das mesmas para os voluntários.

3.1. Mutirões Pro Bono

Em 4 de junho de 2011, o **IPB** realizou um Mutirão Pro Bono na região sul da capital, com o patrocínio da GE e em parceria com a ONG Gotas de Flor com Amor e com a Virada Sustentável.



O encontro contou com a colaboração de 18 advogados voluntários e 12 estudantes de direito, dentre eles 1 estudante de Harvard. Os advogados se revezaram nas orientações jurídicas à população e foram acompanhados pelos ouvidos e olhares atentos dos estudantes. Foram abordados temas nas áreas Direito de Família, Civil, Infância e

Juventude, Previdenciário e Trabalhista.

Este mutirão foi uma das atividades da 1ª Virada Sustentável de São Paulo. Inspirada na Virada Cultural de São Paulo, a Virada Sustentável é um evento que reúne diversas atrações culturais e recreativas relacionadas à sustentabilidade (meio ambiente, diversidade, consumo consciente, biodiversidade, direitos humanos, clima, energia, mobilidade, etc.). A proposta é "inspirar" o cidadão a conhecer os temas da sustentabilidade e mostrar que a sustentabilidade não precisa ser chata ou impositiva, e dessa forma convidar o público a participar da Virada e inspirar os cidadãos com ideias criativas e fáceis de praticar no dia a dia.

A primeira edição da Virada Sustentável aconteceu nos dias 4 e 5 de junho, durante a Semana Mundial do Meio Ambiente, com mais de 300 atrações espalhadas em cerca de 60 locais da Grande São Paulo (parques, praças, museus, centros culturais, etc.). E nasce como um evento que deve ser realizado anualmente na capital, contando sempre com o apoio do **IPB**.

Em 20 de agosto de 2011, o IPB em parceria com a Rede Social do Centro, participou da terceira edição do Mutirão da Cidadania, na Praça Princesa Isabel. O encontro contou com a colaboração de 24 advogados voluntários e 33 estudantes de direito das mais diversas faculdades da capital. Foram abordados temas nas áreas Direito de Família, Civil, Infância e Juventude, Penal, Previdenciário e Trabalhista. Mais de 100 casos foram atendidos pelos advogados. Enquanto os estudantes faziam a triagem e encaminhavam os casos aos advogados e aos demais serviços oferecidos na Praça.



Entre os 63 serviços gratuitos oferecidos por 43 entidades e instituições parceiras estavam: emissão de documentos, serviços do INSS, vagas de emprego, teste rápido de HIV e hepatite, vacinação de adultos e crianças, shows, corte de cabelo, assistência ao dependente químico e a orientação jurídica.

Em 2012 continuaremos as parcerias com a Rede Social do Centro e a Virada Sustentável e estaremos presentes nas ações sociais que promoverem.

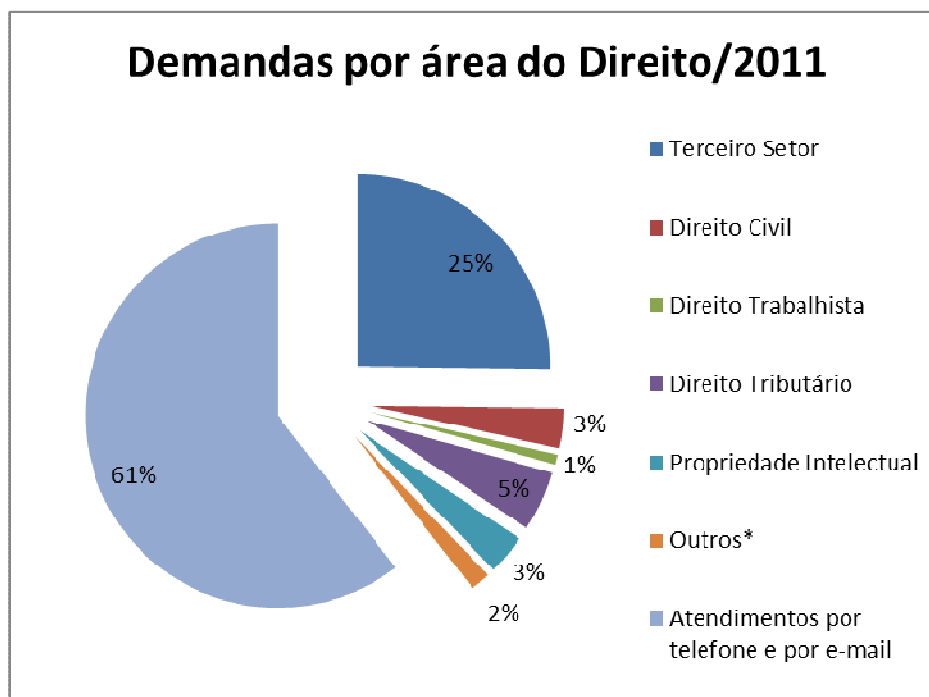
3.2. Projeto Pro Bono

Por meio dos voluntários cadastrados, o **IPB** prestou assessoria jurídica gratuita em 47 novas demandas apresentadas por 41 organizações sem fins lucrativos. O **IPB** presta também atendimento jurídico gratuito em casos menos complexos por telefone e email, demandas estas que contabilizaram 72 atendimentos em 2011.

Do total de atendimentos prestados em 2011, a grande maioria relacionou-se a questões de Direito do Terceiro Setor. Estes números reforçam a percepção que o **IPB** continua sendo uma referência de atuação no setor.

Além da grande procura por assessoria jurídica em questões relativas ao Terceiro Setor, houve também algumas demandas nas áreas de Propriedade Intelectual, Direito do Trabalho e Direito Tributário.

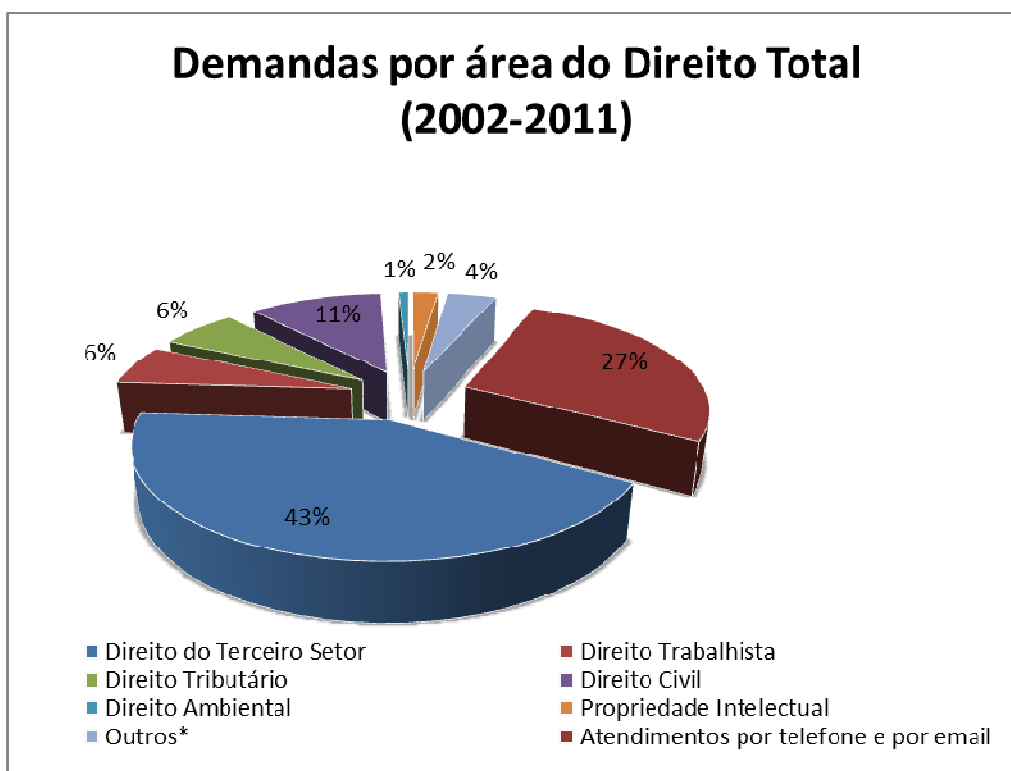
Demandas em Números	
Área do Direito	Número
Terceiro Setor	30
Direito Civil	4
Direito Trabalhista	1
Direito Tributário	6
Propriedade Intelectual	4
Outros	2
Atendimentos por telefone e por e-mail	72
TOTAL	119

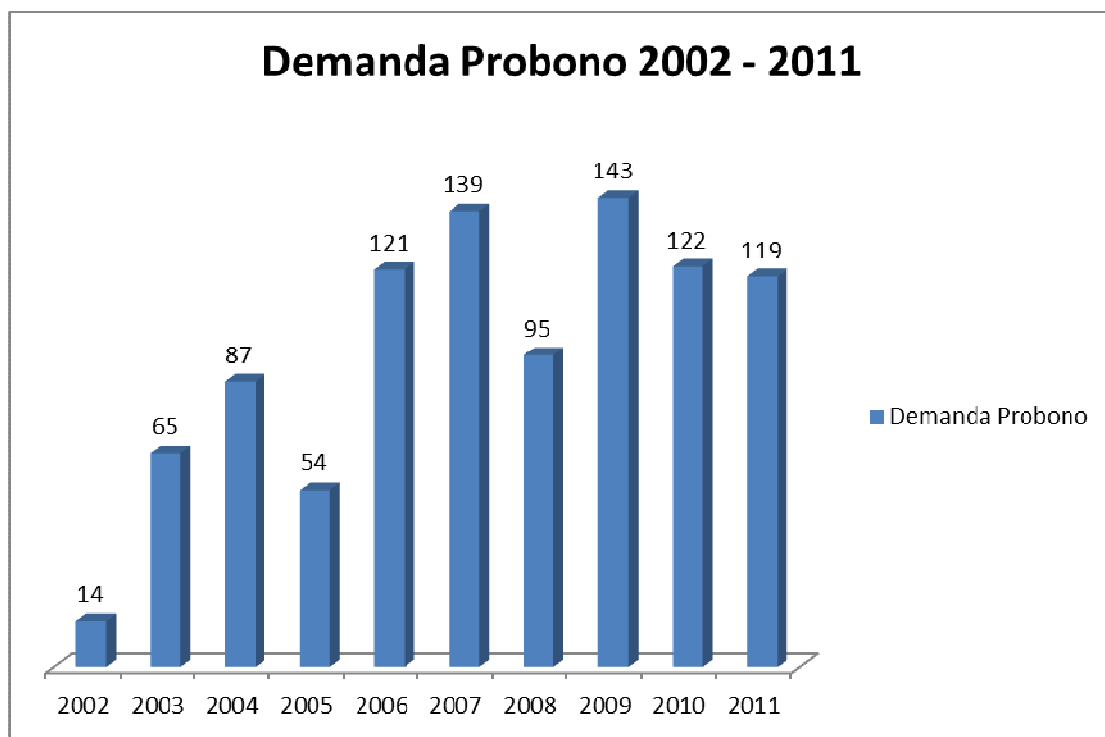


Demandas por Área do Direito: 2002-2011											
Área do Direito	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Terceiro Setor	2	40	45	35	75	66	40	27	23	30	383
Direito Trabalhista	0	4	5	4	5	12	16	4	3	1	54
Direito Tributário	1	3	8	3	5	11	12	4	3	6	56
Direito Civil	2	9	15	7	16	18	16	6	5	4	98
Direito Ambiental	0	1	1	3	2	0	0	0	0	0	7
Propriedade Intelectual	0	0	4	0	1	4	2	1	3	4	19
Outros*	2	4	4	0	2	9	9	2	2	2	36
Atendimentos por telefone e por e-mail	-	-	-	-	-	-	-	90	82	72	244
TOTAL	14	65	87	54	121	139	95	143	122	119	959

* Outros são demandas relativas às seguintes áreas: direito previdenciário, direito administrativo, direito econômico, direito penal, direitos humanos, projeto de lei, cartilhas, pesquisas

Apresentamos, a seguir, o gráfico consolidado com todos os percentuais referentes às demandas divididas por área do direito atendidas pelo IPB desde sua fundação (2002-2011).





3.3. Casa de Saúde da Mulher



Oferece assessoria e suporte jurídicos gratuitos às mulheres atendidas pela Casa de Saúde da Mulher – Professor Dr. Domingos Delácio, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

O aconselhamento jurídico é visto como essencial no combate à impunidade. O profissional do Direito auxilia, encoraja e dá segurança às mulheres vítimas de violência sexual e/ou doméstica. O projeto conta atualmente com uma estudante de direito, que faz plantão semanal no local, além do apoio e supervisão do jurista Miguel Reale Jr. e de um advogado de seu escritório.

3.4. Projeto Pro Bono Jr.

Fruto da parceria entre a Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e o **IPB** em 2009 e, graças à grande procura e insistência dos alunos, o Projeto Pro Bono Jr. foi implementado também na PUC/SP.

Agora, os alunos do Faculdade de Direito da PUC/SP também atuam como auxiliares dos advogados voluntários nas causas do **IPB** que eles patrocinarem junto ao Projeto Pro Bono.

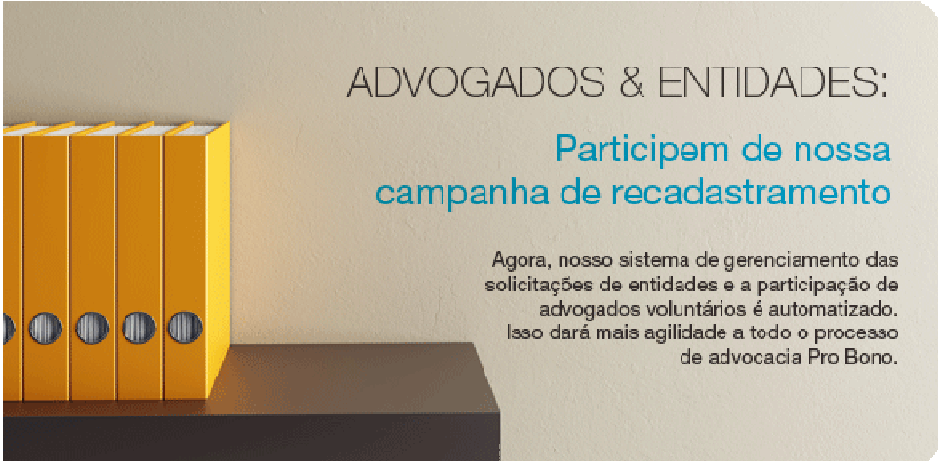


Marcos Fuchs, Diretor Executivo do IPB; Roberto Dias, Coordenados do Curso de Direito da PUC/SP, Marina Faraco e Dirceu de Mello, Reitor da PUC/SP (esquerda para direita).

Em 2011 tivemos alunos da FGV e PUC/SP trabalhando junto a grandes e pequenos escritórios e também participando ativamente dos Mutirões Pro Bono.

3.5. Advogados Voluntários

Com a criação do novo banco de voluntários no site do **IPB**, todos os voluntários foram convidados a realizar seu recadastramento. Infelizmente nem todos o fizeram. Por motivos técnicos e para manter sua base de dados atualizada, os voluntários não foram automaticamente recadastrados.



ADVOGADOS & ENTIDADES:

Participem de nossa
campanha de recadastramento

Agora, nosso sistema de gerenciamento das solicitações de entidades e a participação de advogados voluntários é automatizado. Isso dará mais agilidade a todo o processo de advocacia Pro Bono.

Até a implementação do novo banco de voluntários, em setembro de 2011, tivemos 27 novas adesões ao Projeto Pro Bono. De setembro de 2011 a janeiro de 2012 tivemos 251 adesões (são novas adesões e também de advogados que se recadastram).

A maioria das demandas de entidades atendidas pelo **IPB** continua sendo assumida na mesma semana em que são pulverizadas (enviadas aos voluntários).

Em 2011, após a realização do **Curso Aspectos Jurídicos do Terceiro Setor**, voltamos a pulverizar as demandas também para os advogados voluntários individuais e os resultados foram muito satisfatórios!

3.6. Escritórios de Advocacia e Departamentos Jurídicos Corporativos

Contamos em 2011 com 25 pessoas jurídicas (entre escritórios de advocacia e departamentos jurídicos de empresas) cadastradas no Projeto Pro Bono através do novo banco de voluntários.

O **IPB** está agendando reuniões com os novos cadastrados para explicar como funciona o Instituto e o atendimento jurídico *pro bono* pelos voluntários.

Salientamos a adesão institucional do departamento jurídico da empresa DPaschoal Comercial Automotiva S.A e do escritório de advocacia Trench Rossi e Watanabe Advogados.

4. Publicações Pro Bono

4.1. Guia da Advocacia Sustentável



Foi elaborado por um grupo de Associadas integrantes do Comitê de Advocacia Comunitária e Responsabilidade Social do CESA¹ e pelo Instituto Pro Bono, no âmbito de termo de parceria firmado entre as duas instituições, em dezembro de 2009.

Desde então, ambas têm conjugado esforços para identificar, desenvolver e difundir diretrizes e boas práticas que auxiliem as Sociedades de Advogados a elaborar suas políticas internas de advocacia *pro bono* e, de modo mais amplo, de responsabilidade social, estabelecendo um novo patamar para o exercício da advocacia no Brasil.

Voltado para as Sociedades de Advogados interessadas em realizar suas atividades cotidianas de modo sustentável, o Guia dispõe, de forma acessível e descomplicada, as diretrizes e questões sobre Responsabilidade Social apontadas na Norma Internacional ISO 26000. O objetivo é fomentar

¹ Rubens Naves, Santos Jr., Hesketh Escritórios Associados de Advocacia - Instituto Pro Bono - Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados - Demarest & Almeida Advogados - L.O Baptista Advogados Associados - TozziniFreire Advogados.

a reflexão das Sociedades de Advogados, a fim de incentivar a realização de suas atividades cotidianas de modo sustentável.

O resultado do trabalho está representado seguindo a estrutura geral da Norma ISO 26000, com orientações sobre gestão para a sustentabilidade e foco em oito temas centrais, a saber:

1. Gestão Para a Sustentabilidade
2. Governança Organizacional
3. Direitos Humanos
4. Práticas de Trabalho
5. Meio Ambiente
6. Práticas Leais de Operação
7. Questões relativas ao Consumidor
8. Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade

O lançamento ocorreu em dezembro, na conferência comemorativa de 10 anos do **IPB** e no coquetel de conagração CESA, o Guia é o resultado da parceria CESA, IPB e SESC-SP.

5. Fomento ao debate sobre advocacia *pro bono*

O **IPB** continua o seu trabalho de disseminação da cultura da advocacia *pro bono* pelo território brasileiro para consolidar e multiplicar o sucesso alcançado em São Paulo e Alagoas (os únicos Estados que tiveram a atividade *pro bono* regulamentada pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Neste sentido, a participação do **IPB** em eventos e palestras sobre o tema, bem como a iniciativa de realizar cursos, eventos e palestras é fundamental e merece destaque, como veremos abaixo.

5.1. Realização de palestras e eventos

5.1.1. Brasil:

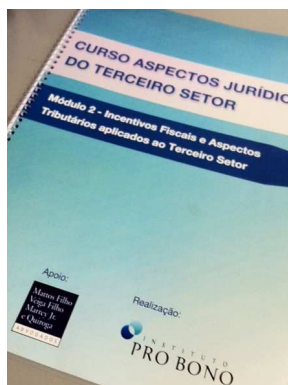
- **Palestra - Faculdade de Direito da FGV:** em Fevereiro de 2011, a convite da diretoria da Faculdade de Direito GV de São Paulo, o **IPB** realizou palestra sobre a importância da advocacia de interesse público e o tema acesso à Justiça. A advogada Flavia Regina de Souza Oliveira, do escritório Mattos Filho, também contribuiu, falando da perspectiva das atividades *pro bono* em um grande escritório de advocacia. As palestras fizeram parte da semana de boas vindas aos calouros da Direito GV;



- **Palestra - Faculdade de Direito PUC/SP:** a convite do Centro Acadêmico “22 Agosto” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Marcos Fuchs ministrou duas palestras (uma no período da manhã e outra no período da noite) sobre a advocacia *pro bono* para os calouros. Roberto Quiroga, advogado e sócio do escritório Mattos Filho, também foi um dos palestrantes.

Houve uma manifestação muito positiva por parte dos alunos, para participarem do Projeto Pro Bono Jr., e que resultou na parceria entre a Faculdade de Direito da PUC/SP e o **IPB**.

- **Curso Preparatório - Aspectos Jurídicos do Terceiro Setor:** promovido pelo **IPB**, o curso foi elaborado para atender à crescente demanda do terceiro setor por advogados capacitados, trazendo conhecimento e especialização aos profissionais que atuam ou pretendem atuar na área. O Curso foi dividido em três módulos independentes, que foram ministrados no Itaú Cultural:



- Módulo 1 – Março/2011: Introdução e Aspectos Societários aplicados ao Terceiro Setor

Palestrante: Ana Carolina Bittencourt Moraes

- Módulo 2 – Abril/2011: Incentivos Fiscais e Aspectos Tributários aplicados ao Terceiro Setor

Palestrantes: Flavia Regina de Souza Oliveira e Juliana Ramalho

- Módulo 3 – Maio/2011: Questões Contratuais e Aspectos Trabalhistas aplicados ao Terceiro Setor

Palestrantes: Thereza Cristina Carneiro, Thiago L. F. Donini e José Mauro Decoussau Machado

- **LACCA (Latin American Corporate Counsel Association):** o evento anual organizado pela renomada revista Britânica Latin Lawyer aconteceu em março na sala de conferências do Hotel Unique.

O evento consistiu em apresentações e discussões sobre o funcionamento dos departamentos legais de empresas de grande porte no Brasil. O tema *pro bono* foi debatido por vários diretores jurídicos de renomadas corporações, tais como: CSN, Master Card, Abbott e General Eletric.

No mesmo evento, aconteceu a premiação anual da Revista Latin Lawyer aos escritórios e profissionais que mais se destacaram no ano de 2010. Esse jantar teve um aspecto também beneficente, toda a arrecadação foi revertida para a advocacia de interesse público.

O montante de U\$ 25,000.00, arrecadado foi dividido entre o **IPB** e outras duas entidades fomentadoras da advocacia *pro bono* na América Latina (Fundación Pro Bono Colombia e Fundación Ciudadanos al Día);



- **Conferência “Instituto Pro Bono: 10 anos Fortalecendo o Acesso à Justiça”**
Promovida pelo **IPB** em comemoração aos seus 10 anos de existência, a conferência aconteceu em dezembro, na sede da AASP e contou com a participação de grandes nomes da advocacia nacional e internacional, acadêmicos de Direito e profissionais do meio jurídico.



Os convidados discutiram o Acesso à Justiça, a Advocacia Pro Bono no Brasil e em outros países, a Advocacia de Interesse Público como instrumento de Responsabilidade Social no Direito e ainda participaram do coquetel de lançamento do “Guia da Advocacia Sustentável”;

- **Painel “Demonstrações de casos de sucesso”:** versando sobre a experiência do **IPB**, foi apresentado pelo nosso diretor executivo durante o Seminário: “*Responsabilidade Social e Sustentabilidade – Implementação no mundo corporativo e nas condutas individuais – Práticas sugeridas aos advogados*” promovido pela Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP em outubro.
- **Palestra escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados:** em agosto, durante a semana em comemoração do Dia Nacional do Voluntariado, o escritório realizou um ciclo de palestras sobre o tema para participantes do Programa de Voluntariado Empresarial e para pessoas interessadas em realizar trabalho voluntário.

O **IPB** inaugurou a semana de palestras. Na ocasião, o diretor executivo do **IPB** explicou o funcionamento do Instituto, dos projetos e falou sobre a importância da prática de voluntariado no *core business* do Direito.

As advogadas Flavia Regina de Souza Oliveira e Juliana Ramalho falaram sobre a interface entre a área de Terceiro Setor e demais áreas do escritório com o **IPB**, no intuito de atender as demandas das entidades que necessitam de auxílio jurídico; e

- **Palestra - Feira estágios da Faculdade de Direito da FGV:** em novembro, a convite da diretoria da Faculdade de Direito da FGV, a equipe do **IPB** esteve presente para apresentar o Instituto e seus projetos aos alunos. Também foi falado aos estudantes sobre a função social da advocacia e a relevância das atividades *pro bono*, tanto para a carreira jurídica, como para a sociedade em geral.

Internacional:

- **Washington, D.C. – “Pro Bono Institute Annual Meeting”:** na sua 14ª edição, e com um público de 400 advogados, assim aconteceu o evento na cidade de Washington, D.C.. Considerado o maior encontro sobre *pro bono* no mundo, a conferência, realizada nos dias 2,3 e 4 de março contou também com a presença de representantes de entidades da África do Sul, dos Estados Unidos da América e da América Latina.

Em um evento conhecido como “*clearinghouse market*”, que acontece no segundo dia do encontro, Marcos Fuchs falou sobre a experiência do **IPB** no Brasil com o nosso modelo *clearinghouse* de distribuição de demandas aos advogados voluntários;

- **Chile – “Profesión Legal y Pro Bono”**: organizado pela Fundación Pro Bono Chile e pelo Vance Center for International Justice, em colaboração com várias organizações *pro bono* na América, a conferência realizada em abril é a continuação de uma série de conferências que acontecem desde 2000.

Seu objetivo é criar um espaço de trabalho envolvendo os principais representantes regionais no acesso à Justiça (como organizações de direitos humanos e interesse público, especialistas internacionais e outras partes interessadas) para refletir, desenvolver e acordar estratégias conjuntas sobre como a profissão de advogado e o trabalho *pro bono* podem ajudar a melhorar o acesso à Justiça.

Foi feita uma exposição de todas as experiências de *clearinghouse* da América do Sul e Latina, dentre as quais a do **IPB**. Muitos advogados e representantes de outras iniciativas *pro bono* pela América do Sul e nos Estados Unidos ficaram interessados pela nossa história.

Neste encontro foi retomado o contato com a Tinker Foundation, na pessoa de sua representante, Kirsten Cowal; e

- **Berlim – “European Pro Bono Forum”**: organizado pelo Instituto PILnet de Nova Iorque, aconteceu nos dias 17 e 18 de novembro. Pela terceira vez consecutiva o IPB foi convidado a participar deste evento que é o maior fórum de advocacia *pro bono* da Europa.

No dia 16 de novembro aconteceu o Pré Fórum, somente para organizações que trabalham e fomentam a advocacia *pro bono* nos moldes do sistema *clearinghouse*. Esse workshop teve como debate inicial as dificuldades enfrentadas pelas ONG’s que trabalham esse tema. O IPB foi convidado para expor esse tema com representantes da África do Sul, Slovênia, República Checa e Romênia.

Em 2012 o evento acontecerá em Madrid no final de novembro.

6. Conectas Direitos Humanos

Em 2011, demos continuidade à parceria com a Conectas Direitos Humanos. A Conectas tem o objetivo de promover o respeito aos direitos humanos e contribuir para a consolidação do Estado de Direito no Sul Global (África, Ásia e América Latina).

A organização tem dois grandes programas: Sul Global e Justiça, sendo que a parceria com o **IPB** desenvolve-se em um dos projetos desenvolvidos na área de Justiça, cuja atuação é majoritariamente no âmbito nacional.

Mais informações podem ser obtidas no site: www.conectas.org

7. Financiamentos

O desenvolvimento das atividades e a manutenção da estrutura do **IPB** são assegurados graças a financiamentos que são recebidos e repassados pela Conectas (muitas vezes o **IPB** é parte integrante dos projetos de financiamento enviados pela entidade).

Em 2011 o **IPB** teve o projeto “**10 Anos do Instituto Pro Bono – Diálogo pelo Acesso à Justiça e pela Advocacia de Interesse Público no Brasil**”, contemplado pela Fundação Ford.

O projeto, que tem duração de 18 meses, visa ampliar o acesso à Justiça para a população carente do Brasil por meio do incentivo e do fortalecimento do diálogo, da interação, do trabalho em rede, e da coalizão entre os diversos *stakeholders* que trabalham e pensam o tema do acesso à Justiça e da Advocacia de Interesse Público no panorama atual. Teve início em setembro de 2011, com término previsto para janeiro de 2013.

Além disso, com o lançamento do programa *Amicus Pro Bono*² de contribuições mensais, desde 2010 passamos a contar com o apoio financeiro de alguns escritórios, departamentos jurídicos e pessoas físicas.

Não podemos também deixar de agradecer o apoio dos seguintes escritórios, advogados e instituições:

- **Pinheiro Neto Advogados** – *Amicus Platinum* desde junho de 2010
Contribuições mensais no valor de R\$ 5.000,00
- **Estateer Gestão de Negócios** – *Amicus Aurum* desde outubro de 2010
Contribuições mensais no valor de R\$ 3.500,00
- **DPaschoal Comercial Automotiva S.A** - *Amicus Aurum* desde fevereiro de 2011
Contribuições mensais no valor de R\$ 3.500,00
- **Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados** – *Amicus Argentum* desde dezembro de 2010
Contribuições mensais no valor de R\$ 1.000,00
- **Contribuições de pessoas físicas inscritas no Amicus Pro Bono**
3 Amicus, sendo dois Argentum e um Aurum, cujas contribuições mensais somam R\$200,00

² **AMICUS PESSOAS JURÍDICAS:**

PLATINUM

Contribuições mensais superiores a R\$5.000,00

AURUM

Contribuições mensais entre R\$ 3.001,00 e R\$ 5.000,00

ARGENTUM

Contribuições mensais entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00

CUPRUM

Contribuições mensais entre R\$ 450,00 e R\$ 1.000,00

AMICUS PESSOAS FÍSICAS:

PLATINUM

Contribuições mensais superiores a R\$100,00

AURUM

Contribuições mensais entre R\$ R\$ 75,00 e R\$ 100,00

ARGENTUM

Contribuições mensais entre R\$ 50,00 e R\$ 75,00

8. Mudanças no Conselho Deliberativo do IPB

No dia 10 de setembro de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do **IPB** no escritório do Presidente do Conselho Deliberativo, Miguel Reale Jr.

Flavia Regina de Souza Oliveira foi eleita Presidente do Conselho Deliberativo para o triênio 2011/2014. Flavia é advogada e sócia do escritório Mattos Filho Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados, onde coordena a área de Terceiro Setor e as atividades *pro bono*, é também sócia fundadora e membro Conselho do **IPB**.

Miguel Reale Jr, que durante 10 anos foi Presidente do Conselho Deliberativo, deixa a presidência e passa a ser membro do Conselho. Sua dedicação foi fundamental para que superarássemos inúmeras barreiras durante a constituição do **IPB**. É também o responsável pela parceria do **IPB** com a Escola Paulista de Medicina, que resultou em inúmeros atendimentos *pro bono* para mulheres vítimas de violência sexual e doméstica na Casa da Saúde da Mulher

Na mesma Assembleia, a Diretora Jurídica da GE do Brasil, Josie Jardim, foi eleita para compor o novo Conselho Deliberativo. Josie Jardim sempre apoiou as inúmeras atividades do **IPB**, e vem fomentando essa atividade voluntária no meio empresarial.

Veja a seguir a composição atual do Conselho Deliberativo:

Presidente:

Flavia Regina de Souza Oliveira

Membros:

Carlos Ari Vieira Sundfeld
Carlos Miguel Castex Aidar
Celso Cintra Mori
Eloisa Machado de Almeida
Josie Jardim
Miguel Reale Júnior
Oscar Vilhena Vieira
Rubens Naves
Theodomiro Dias Neto

Os novos mandatos são de três anos e extinguirão em 25 de setembro de 2014.